

Debate de Urgência | Reestruturação SPER Intervenção António Lima

O Bloco de esquerda agendou este debate sobre o anunciado Plano de Reestruturação do Sector Empresarial Regional por considerar urgente clarificar e submeter ao escrutínio desta Assembleia e dos açorianos e açorianas o pensamento do Governo Regional sobre o futuro dos serviços públicos e das empresas públicas dos Açores.

Começo pela desastrosa decisão do Governo Regional de privatizar 49% da Sata Internacional, que é um mau presságio para o futuro dos serviços públicos na nossa Região.

Para já, esta decisão é um sério atentado à Autonomia; um rude golpe sobre o interesse estratégico da economia dos Açores e na sustentabilidade do direito dos açorianos e açorianas à mobilidade.

Já agora, pelos órgãos de comunicação social é avançado que houve 2 concorrentes à compra de 49% da SATA Internacional: a Azul e a Hi Fly. ?Está o governo regional disponível para dizer, desde já, quantas e quais as foram as entidades que manifestaram interesse na privatização, tendo até em conta que o governo tem afirmado que o processo deve ser totalmente transparente?

A tese, avançada pelo Presidente do Governo Regional e sustentada de imediato por altos dirigentes do Partido Socialista, de que chegou a hora da administração regional se retirar de vários sectores da nossa economia para entregá-los aos privados, exige uma clarificação imediata. ?Sobre que setores fala o governo e quais são as suas reais intenções?

Esta clarificação é tanto mais urgente quando o vice-presidente da bancada socialista nesta Assembleia, escreve que as medidas apresentadas pelo governo regional a 26 de fevereiro deste ano, resultam de um estudo profundo sobre todo o sector empresarial regional.



I Grupo Parlamentar I



Caso exista esse estudo profundo, ele significa que o governo tem um plano traçado. Por isso o pacote apresentado a 26 de Fevereiro é o primeiro de outros que seguem. Ou então, não há estudo nenhum, e o que preside a estas medidas é tão só a lógica económica neoliberal e estas políticas foram desenhadas para satisfazer as reivindicações da direita e de sectores económicos regionais que veem agora a oportunidade de aumentar os seus lucros à custa dos serviços públicos.

Não esqueçamos que, ainda há bem pouco tempo, esses sectores, exigiam a criação de um banco regional privado com recurso a fundos públicos. Temos também ciente a necessidade política do Partido Socialista, em continuar a ter estes setores alinhados com o seu actual poder evitando que venham a engrossar a oposição ao governo regional.

Perante este cenário, pensamos que está na hora do Partido Socialista e do seu governo clarificar o pensamento profundo a que chegaram sobre esta matéria, pois o resultado desse pensamento implica com a vida dos açorianos e açorianas e com o futuro dos Açores.

Adiantamos, desde já, que apoiaremos o caminho que eventualmente resulta desse pensamento, se este levar à direcção que permita, por exemplo, concluir o seguinte:

- Que acabou o tempo, por razões que decorrem da aplicação de diretivas financeiras e contabilísticas, de formar empresas públicas com o único objectivo de esconder a sub-orçamentação de serviços públicos, como a saúde, à custa do endividamento público através de empresas como a Saudaço.
- Que acabou o tempo de desenhar e fomentar empresas públicas para serem meros instrumentos de captação de quadros para o partido no poder ou simples instrumentos de gestão de quadros do partido socialista, como rampa para novas oportunidades políticas; como reforma dourada para ex-autarcas em finais de mandato; ou ainda como recompensa para jogadas políticas mal sucedidas como é exemplo recente e paradigmático, o caso do ex-candidato do Partido socialista à Câmara Municipal de Ponta Delgada.



I Grupo Parlamentar I



- Finalmente, que os sectores estratégicos para a região são para estar em mãos públicas para, defender a economia e defender a democracia.

Se for neste sentido que vai o pensamento do PS, então pode contar com Bloco de Esquerda, para apoiar politicamente a execução destas medidas.

Mas vamos colocar a análise em sectores concretos e casos concretos.

No passado, a venda de 40% da EDA, ao capital privado, não pode ser vista de outra forma que não seja a vontade que existiu de dar músculo financeiro a um grande grupo económico privado à custa do sector público. Por isso, para fazer mais como na EDA, não contem connosco.

Apoiamos a intervenção do governo na Sinaga, em 2010, como meio para, não só salvar os postos de trabalho no imediato, mas, fundamentalmente para que, através de uma reestruturação tecnológica ou mesmo de uma reconversão do objecto da empresa, fosse possível salvar um importante activo industrial que tanta falta faz a esta região.

Infelizmente a incompetência do governo nada disso forjou, consagrando a manutenção de tachos como o grande objeto social da empresa.

Na mesma lógica defendemos a intervenção na conserveira Santa Catarina, aqui ainda mais decisiva, pela importância que esta indústria tem para a ilha de S. Jorge e para a coesão regional.

É agora precisamente esta empresa que o Governo quer privatizar. Não temos para este caso uma oposição de princípio, mas colocamos as seguintes questões:

- ?Tem o governo assegurado a manutenção da laboração desta empresa no futuro, por parte dos compradores emergentes?
- ?Assegura, desde já, o governo a manutenção dos postos de trabalho e de todos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, actualmente na empresa?
- ?Fará, esta alienação da fábrica Santa Catarina, parte de um pacote escondido das negociações com a Cofaco, caminhando para um desfecho como o que se deu na



I Grupo Parlamentar I



fábrica da Triumph no continente? Este é um estratagema clássico, em que uma empresa compra outra para depois a encerrar a prazo, recebendo para isso apoios públicos que depois são canalizados para empresas concorrentes, ou pretensamente concorrentes.

A clarificação deste assunto é deveras importante para os trabalhadores e trabalhadoras de S. Jorge e também para as populações de S. Jorge e do Pico.

Mas no esforço para perceber a linha do governo regional, torna-se evidente a necessidade de resposta a mais algumas questões.

- ?Decidiu o governo alienar os 51% que detém nas Pousadas da Juventude. ?Vai o governo, após esta alienação, subsidiar a entidade privada de forma a rentabilizar o negócio privado com dinheiros públicos? ?Vai o governo assim promover mais empresários de pacotilha, os nossos conhecidos empreendedores das rendas garantidas?

- Decidiu o governo extinguir as empresas Saudaçor e SPRIH e internalizar os serviços que prestam. Ora aqui está uma medida há muito reclamada pelo Bloco de Esquerda e exigida pela mais elementar decência e pela defesa do serviço público. ?Mas está o governo na disposição de fazer o mesmo com a Azorina, com o IROA e com SDEA? ?Ou será que aí os interesses do PS falam mais alto que o interesse público?

O Bloco de Esquerda defende a existência de serviços públicos com boa administração pública e, sempre que o interesse público o justifique, a manutenção e a criação de empresas públicas, bem geridas.

A boa gestão destas empresas, não é, no entanto, sinónimo de lucros. Como bem sabemos, a sua mais valia para os Açores mede-se pelo seu papel social e estratégico para a economia, na defesa da democracia e pela garantia de acesso da população aos serviços públicos.

Os interesses económicos, a par com o PSD e, a espaços, com o CDS têm defendido que a administração regional tem de sair da economia para entregar assim mais setores aos privados. Esta linha, com a qual o Partido Socialista parece estar hoje em



I Grupo Parlamentar I



sintonia, aprofundando a via açoriana do liberalismo económico, exige questões muito concretas. Vejamos:

Em primeiro lugar, quais são os sectores da dita economia que estão hoje nas mãos do poder público? Fundamentalmente, a energia, os transportes e portos, a saúde e a educação.

- No que diz respeito à energia, exige-se saber se vai o Governo alienar a maioria do capital que detém na EDA. E se vai continuar a fazer proliferar empresas com rendimento máximo garantido, que nada trazem para a região em termos de avanços tecnológicos e somente vivem à custa do que é de todos nós.

- Na saúde, vai o governo continuar a não investir a sério no Serviço Regional de saúde para assim continuar a alimentar negócios através das convenções? Vai continuar a degradação da resposta nas cirurgias e consultas de especialidade, para depois usar o dinheiro de todos nós para construir hospitais privados e garantir, através de convenções, os seus clientes e o seu lucro garantido?

- Nos transportes, a SATA e a Atlanticoline são as empresas de maior dimensão e importância. Vai o governo continuar o desmantelamento desastroso da SATA e concessionar a Atlanticoline para depois pagar aos privados pela sua operação?

- Na educação: Vai o governo fomentar ainda mais o ensino privado, incentivando a criação de escolas para as elites, pagas por dinheiros públicos, ferindo de morte a democracia e a escola pública, só para satisfazer os interesses de alguns em ganhar dinheiro à custa dos nossos impostos?

- Nos portos: Vai o governo, como já deu a entender, concessionar os portos para depois pagar por esse serviço, que é um monopólio natural, essencial à economia?

São estes os sectores que estão em causa. São estes os sectores que os empresários das rendas querem para sua gestão. São estes os sectores no concreto em que PSD e o CDS, e agora o PS-Açores, dizem que o "Estado está a mais".

É a tudo isto que o Governo Regional do Partido Socialista tem de responder. Tem de clarificar se vai ceder ao poder económico e à direita que clamam pela entrega destas



I Grupo Parlamentar I



áreas à gestão privada ou se, pelo contrário, vai defender os serviços públicos e os açores da gula; Tem de dizer se vai defender os açorianos e açorianas de serem ainda mais maltratados por privatizações ruins, como a dos CTT e tantas outras.

Horta, 20 de janeiro de 2018